

## GESTÃO DE FLORESTAS É APROVADA

Projeto que permite exploração de florestas públicas por empresas privadas recebe emendas e retorna ao exame da Câmara. **Página 3**

### Novas regras das MPs estão prontas para votação

A proposta que estabelece novas regras para o exame das medidas provisórias poderá ser votada pelo Plenário na próxima quarta-feira. O objetivo do projeto, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, é eliminar as distorções que atualmente obstruem e emperram o pleno exercício das atividades do Poder Legislativo. **Página 4**

Roosevelt Pinheiro



Em sessões que se prolongaram pela noite, Plenário votou diversas matérias depois de aprovar a MP que abre créditos para ministérios

### Zona Franca deve virar Pólo Industrial

O Plenário do Senado aprovou ontem à noite a proposta de emenda constitucional que modifica o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Arthur Virgílio, autor da proposta, diz que a nova denominação expressa melhor a realidade. A matéria será enviada à análise da Câmara dos Deputados. **Página 3**

### Campanha busca inclusão de pessoa com deficiência

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) discutiu com a Comissão de Assuntos Sociais a inclusão de pessoas com deficiência, tema da Campanha da Fraternidade. A comissão quer facilitar o acesso de deficientes ao ProUni. **Página 4**

### TV digital pode ficar mais barata, prevê Hélio Costa

Os aparelhos receptores de TV digital poderão ficar até 30% mais baratos do que se prevê. A possibilidade foi admitida pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, na Comissão de Educação. Para que

isso ocorra, a indústria colocaria à disposição do consumidor a opção de um aparelho receptor apenas de sinais digitais – e não digitais e analógicos, como os transmitidos pelas redes de televisão. **Página 8**

Célio Azevedo



Hélio Costa (ao microfone, ao lado de Gerson Camata) participa de audiência

## Efraim e Garibaldi vão discutir liminares com Jobim

O presidente e o relator da CPI dos Bingos, Efraim Morais e Garibaldi Alves, se reúnem terça-feira com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. O objetivo é debater as liminares que têm protegido o sigilo dos investigados. Vários senadores discutiram o assunto ontem em Plenário. **Páginas 6 e 7**



Na CPI dos Bingos, senadores discutem a concessão de liminares pelo Supremo



Jobim (à esquerda, com Aldo e Renan) diz que o Supremo não se curva a patrulhamento

Senador diz que déficit habitacional atinge hoje 78% das famílias com renda mensal de até três salários mínimos

## Tuma pede mais investimentos em habitação popular

O déficit habitacional do país e a inadimplência de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) são motivo de preocupação para Romeu Tuma (PFL-SP). O senador disse que, embora a moradia seja um direito constitucional, cerca de 12 milhões de famílias vivem sem teto, ou em habitações precárias. Além disso, nos últimos quatro anos, quase 5 mil famílias teriam perdido imóveis financiados devido à falta de pagamento.

Segundo o Ministério das Cidades, o déficit habitacional atinge hoje 78% das famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Outro problema seria o desvio de recursos da habitação



Roosevelt Pinheiro

**Tuma cobra atenção do governo para os mutuários do SFH em dificuldade**

popular para segmentos que possuem maior renda.

– O que se constata é a falta de foco dos programas, a indisponibilidade de recursos e a intensa burocracia para se conseguir um financiamento – frisou Tuma.

## José Jorge critica aumento da dívida pública em 2005

O senador José Jorge (PFL-PE) exibiu ontem uma faixa da tribuna do Plenário na qual estava inscrito o número 1 trilhão, que corresponde ao valor, em reais, alcançado pela dívida pública do Brasil em dezembro de 2005, segundo o Banco Central.

– Essa cordilheira de dinheiro teve um crescimento de R\$ 45 bilhões só em 2005 – afirmou o parlamentar, ao frisar que a dívida pública corresponde a 51,65% do



Roosevelt Pinheiro

**Para José Jorge, é impossível equilibrar as contas públicas sem controlar os juros**

produto interno bruto (PIB). Para José Jorge, o excesso de gastos do governo e a política de juros altos explicam o crescimento da dívida e provocam o aumento da carga fiscal. Ele disse que "sem o controle dos juros não será possível equilibrar as contas públicas".

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário pode analisar PEC do recesso parlamentar

O sessão do Plenário é deliberativa e começa às 10h. O senadores devem analisar quatro propostas de emenda à Constituição, entre elas a PEC 3/00, do ex-senador Jader Barbalho, que altera o recesso par-

lamentar e extingue o pagamento pela convocação extraordinária. A matéria pode ser votada em primeiro turno. Também estão na pauta, três projetos de lei do Senado (PLS 12, 13 e 14/06).



### Sub-relatoria ouve ex-funcionário de Roberto Jefferson

Às 11h, a Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, toma depoimento de Waldemir Freire Cardoso, ex-funcionário

do gabinete do deputado federal cassado Roberto Jefferson. Logo depois, vai ouvir o representante da empresa Politec, Mauro Castro

Lucas de Souza. A Politec celebrou contratos com os Correios, que estão sob suspeita e em análise pela comissão.

### Fiscalização do Banco do Brasil em discussão na CPI dos Correios

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, volta a discutir os mecanismos de controle interno do

Banco do Brasil (BB) diante das denúncias de fraude que recaem sobre o órgão. Serão ouvidos o presidente do Sindicato Nacional dos Funcio-

nários do Banco Central, David Falcão, às 10h, e o gerente-geral da unidade Gestão da Segurança do BB, Edson de Araújo, às 14h.

### Nova convocação de Duda e depoimento de José Carlos Batista

A CPI dos Correios vota requerimentos às 10h, quando deve discutir nova convocação do publicitário Duda Mendonça (foto), que assumiu ter recebido dinheiro irregular do PT e tem suas contas no exterior rastreadas pela



Justiça. Em seguida, a comissão de inquérito vai ouvir o dono da corretora Guaranhuns, José Carlos Batista, que repassou dinheiro do valerioduto e teria negociado com fundos de pensão.

### Indicações de três embaixadores em análise

Às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota as indicações de Paulo Dyrceu Pinheiro para o cargo de embaixador do Brasil em Catar; de Antonio José Rezende de Castro para a chefia da missão brasileira, cumulativamente, em Ruanda e no Quênia; e Bernardo de Azevedo Brito, para a embaixada do Brasil no Iraque.



### Política de reajuste do mínimo

A Comissão Mista do Salário Mínimo realiza, às 10h, audiência pública com centrais sindicais para discutir política de reajuste permanente para o salário mínimo, com base em indexador fixo. O governo deve enviar, em breve, ao Congresso a proposta do mínimo de R\$ 350.

### Relatórios setoriais do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se novamente às 10h30. Os parlamentares continuam as discussões dos relatórios setoriais da Lei Orçamentária para 2006. A idéia é terminar a votação do Orçamento antes do final da convocação extraordinária, ou seja, até 14 de fevereiro.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

*Tel.:* 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e João Alberto Souza

## Crédito para ministérios será promulgado

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória (MP 268/05) que abre crédito extraordinário de R\$ 1,498 bilhão em favor dos ministérios da Educação (R\$ 96.156.115), da Saúde (R\$ 1.268.340.526) e da Defesa (R\$ 132.412.460), bem como de operações oficiais de crédito. A matéria será agora promulgada pelo Congresso e sua votação permitiu a desobstrução da pauta de deliberações do Senado.

As operações oficiais de crédito contam com R\$ 1.405.000, dinheiro que será utilizado, segundo o líder do PFL no Senado, José Agripino (PFL-RN) para pagar juros da dívida pública.

Parte desse crédito extraordinário aprovado irá beneficiar a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, conforme destacaram Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP).

## Ratificado acordo de Santa Cruz de La Sierra

O projeto de decreto legislativo (PDS 63/06) que ratifica o texto do acordo de Santa Cruz de La Sierra, assinado pelo Brasil, na Bolívia, em julho de 2004, foi aprovado ontem pelo Senado. O acordo cria a Secretaria Geral Ibero-Americana com o objetivo de ampliar as possibilidades de apoio a projetos de cooperação cultural, científica, tecnológica, comercial e política entre os países-membro da Cúpula Ibero-Americana: Portugal, Espanha e países latino-americanos.

Os senadores também aprovaram o texto da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrado em Paris, em 2003. A convenção regula o patrimônio cultural imaterial, complementando a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuidou dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da Humanidade.

Texto foi acolhido com emendas e volta à Câmara para apreciação. Oposição vê risco de internacionalização da Amazônia e governistas dizem que novas regras coíbem grilagem

# Aprovado projeto que permite a exploração de florestas públicas

O Senado aprovou ontem o polêmico projeto que permite a exploração sustentável de florestas públicas por empresas privadas. A proposta, que tramitava em regime de urgência, foi enviada ao Congresso pela Presidência da República. Como foi aprovada com emendas, a matéria volta à Câmara para nova apreciação.

Um dos pontos mais controvertidos do projeto (PLC 62/05) é a permissão para que empresas privadas explorem – por até 40 anos – florestas públicas por meio de concessão. Apesar de determinar que somente firmas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país podem se candidatar à exploração, vários senadores afirmam que a proposta promoverá a “internacionalização” da Amazônia.

Para acomodar as mudanças propostas por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que teve seu substitutivo rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acertou com lideranças um acordo no qual prevê que Jefferson Péres (PDT-AM) apresentará projeto



Matéria que prevê uso de floresta pública por empresa privada foi debatida por quase cinco horas

para incorporar as modificações.

Com a aprovação da proposta, será criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, visando à realização de atividades voltadas para o desenvolvimento florestal sustentável e a promoção da inovação tecnológica no setor. A gestão desse fundo será feita pelo Serviço Florestal Brasileiro, órgão que estará subordinado ao

Ministério do Meio Ambiente.

O PLC 62/05 instituiu o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), cujo objetivo é a identificação das florestas para concessão. Conforme uma das três emendas aprovadas, o PAOF deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso quando incluir a concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.

## Discussão de cinco horas divide senadores

O debate do projeto que trata da gestão das florestas públicas durou quase cinco horas e dividiu o Senado. Os parlamentares favoráveis à proposta destacaram a vantagem de regular a questão da exploração da terra, coibindo a grilagem. Os senadores contrários fizeram um alerta sobre o perigo de, aprovando-se a matéria, privatizar e internacionalizar a Amazônia.

– Na dúvida, voto contra, e a favor da preservação da Amazônia – disse Pedro Simon (PMDB-RS) ao pedir mais prazo para que o Senado pudesse apreciar a proposta. Ele opinou que a aprovação da proposta significaria, na prática, a antecipação da internacionalização da Amazônia.

Mozarildo Cavalcanti também fez duras críticas ao projeto, declarando que “há inconstitucionalidades na proposta” e que, com sua aprovação, “as florestas serão alugadas para grandes conglomerados internacionais”.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a aprovação do projeto argumentando que ele não representaria a privatização da floresta, mas o oposto disso, uma vez que, em sua opinião, ele vai coibir a grilagem. Ela afirmou que os principais opositores da proposição são os fazendeiros que exploram o

trabalho escravo e os grileiros, que não terão privilégios nas concessões.

Já Sibá Machado (PT-AC), argumentou que a proposição pode permitir maior fiscalização sobre as empresas que vencerem as licitações. Ele opinou que o projeto “cai como uma luva para a região, uma vez que é uma experiência econômica que respeita a natureza, o trabalhador, a população e a dinâmica local”.

### Participação

Na opinião de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), contrário à matéria, a melhor forma de preservar a Amazônia é permitir seu manejo por parte da população local.

Por sua vez, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que recomendaria o voto favorável da bancada do seu partido desde que a base governista concordasse com a aprovação de três emendas apresentadas por José Agripino (PFL-RN), relator da matéria na Comissão de Justiça (CCJ). Agripino manifestou-se pela aprovação do texto.

Amir Lando (PMDB-RO) também pediu modificações no projeto. Ele defendeu limitações de tamanho para as concessões, a fim de evitar que as terras se concentrem apenas nas mãos

de grandes empresas.

### Riscos

Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestou-se contrária à aprovação do projeto por se tratar da exploração privada de florestas públicas, por meio de uma concessão renovável de 40 anos. Nesse período, disse, pode haver dez governos distintos e nenhuma garantia de que não ocorra a flexibilização da legislação, permitindo a exploração de 47% das terras devolutas da Amazônia pelo capital estrangeiro.

Geraldo Mesquita (sem partido-AC) afirmou que o projeto não contempla, de forma nítida, uma expectativa de industrialização da Amazônia, o que manteria a sina de região exportadora de matérias-primas.

João Batista Motta (PSDB-ES) disse que a aprovação da proposta tornaria o governo Lula “o mais entreguista de todos” e considerou o assunto “grave demais” para que a oposição a acolhesse. Almeida Lima (PMDB-SE), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Augusto Botelho (PDT-RR) também se declararam contrários à aprovação da matéria.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram posição favorável ao projeto

## Senado acolhe novo nome para Zona Franca

O Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional (PEC 59/04) que modifica o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. De acordo com o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), autor da matéria, a nova denominação expressa melhor a realidade da região, de “um pólo industrial de altíssima definição tecnológica, com perspectiva de inovação”. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados.

Segundo Arthur Virgílio, o nome Zona Franca dá a falsa idéia de paraíso fiscal. Ele argumentou que o estado do Amazonas, cuja economia tem nas indústrias de Manaus um de seus sustentáculos, é responsável por 64% dos impostos recolhidos por toda a região Norte. Disse ainda que o estado exporta US\$ 2 bilhões por ano, graças à Zona Franca, que emprega diretamente 80 mil pessoas.

A aprovação do projeto foi saudada pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Sibá Machado (PT-AC).

### Desenvolvimento

A Zona Franca de Manaus começou a ser criada em 1957 como porto livre e passou a receber incentivos fiscais em 1967, quando foram implantados os pólos industrial, comercial e agropecuário. Nessa ocasião, passou a ser chamada de Zona Franca. O seu objetivo era promover o desenvolvimento econômico da região e a sua integração ao restante do país.

Num primeiro momento, a Zona Franca podia importar todos os produtos industrializados, exceto armas, automóveis, perfumes, cigarros e bebida. Nos anos 80 surgiram limites para importação, o que incentivou a indústria de componentes no Centro-Sul do Brasil. A partir dos anos 90, com a abertura da economia à compra de produtos estrangeiros, Zona Franca tornou-se um pólo com mais de 400 indústrias de alta tecnologia.

Proposta condiciona vigência da MP à aprovação da admissibilidade, no prazo de três dias, pela CCJ do Senado ou da Câmara, cabendo recurso ao Plenário em igual período

## Senado vota na quarta-feira mudanças no rito das MPs

O Senado encerrou ontem a discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece nova regra para edição e tramitação das medidas provisórias (MPs). A proposta agora está pronta para a primeira votação em Plenário, prevista para a próxima quarta-feira. A matéria é considerada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, um dos principais pontos da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

O objetivo da proposição (PEC 72/05) é acabar com as distorções que obstruem e emperram as atividades do Legislativo, segundo a justificativa do projeto, que tem como primeiro subscritor o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, que recebeu na CCJ parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), introduz várias alterações no rito das medidas provisórias. A principal delas é que as MPs deixarão de ter força de lei a partir da publicação, submetendo-se obrigatoriamente à análise prévia do Congresso em relação aos critérios de relevância e urgência. Dessa forma, as medidas do Executivo somente passarão a gerar efeitos se a CCJ da Casa onde a matéria tiver seu trâmite iniciado aprovar a admissibilidade, para o que terá prazo de três dias, com igual prazo para a interposição de recurso ao Plenário.

Para garantir maior celeridade ao processo legislativo, a PEC estabelece que a Mesa do Congresso terá a responsabilidade



Proposta de iniciativa de Antonio Carlos recebeu na CCJ parecer favorável de Lobão

de distribuir as MPs, para que Câmara dos Deputados e Senado passem a se alternar no papel de Casa iniciadora do exame dessas proposições.

### Novos prazos

A MP perde sua eficácia se não for votada em 120 dias. Desse, segundo a proposta, 60 dias serão reservados para a Câmara apreciar a matéria, e ocorrerá o trancamento da pauta a partir do 45º dia. No Senado, o prazo para exame da MP será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia.

Ainda que a Casa iniciadora não tenha concluído a votação ao terminar o prazo estabelecido na proposta, a matéria continuará seu andamento, tendo a possibilidade de voltar à primeira Casa nos 15 dias remanescentes – prazo que também servirá para a apreciação de possíveis emendas da Casa revisora. Se a Casa revisora não deliberar em tempo hábil, a MP perde sua eficácia e passa a tramitar como projeto de lei em regime de urgência.

A PEC também inclui a majoração de tributos entre as matérias que não podem ser objeto de medida provisória.



Celso Azeredo

Atualmente, o prazo de vigência de uma MP é de 60 dias, prorrogável por igual período. O trâmite é sempre iniciado pela Câmara dos Deputados, mas o prazo limite para deliberar corre concomitantemente para ambas as Casas, trancando a pauta de deliberações da Casa em que se encontrar no 45º dia de sua vigência. Ocorre que, normalmente, a Câmara necessita de um prazo maior que esse para apreciar a medida. Assim, ao chegar ao Senado, em geral, a pauta já se encontra automaticamente trancada.

Para ser aprovada, uma PEC passa por cinco sessões de discussão em primeiro turno e outras três em segundo, com votações ao final de cada um deles, exigindo quórum de 49 senadores para aprovação. A expectativa é de que os dois turnos no Senado se cumpram ainda na convocação extraordinária, que vai até o dia 14.

Pela manhã, ao examinar emendas que haviam sido apresentadas anteriormente à PEC, em Plenário, a Comissão de Justiça manteve as principais mudanças que aprovara em dezembro.



Hernani Pinheiro e Odilo Scherer (E), ao lado de Eduardo Azeredo e Flávio Arns

## Comissão debate Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reuniu-se ontem para debater dois temas: a Campanha da Fraternidade de 2006, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – que versa sobre fraternidade e pessoas com deficiência –, e o acesso dos deficientes às vagas do Programa Universidade para Todos (ProUni). O ProUni tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos às faculdades.

Para apresentar a campanha da CNBB, foram convidados o secretário-geral da entidade, dom Odilo Pedro Scherer, e o assessor

político padre Hernani Pinheiro. O lema deste ano, “Levanta-te e vem para o meio”, foi extraído do Evangelho de São Marcos. O presidente da CAS, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informou que na última terça-feira o presidente da Casa da Moeda, José dos Santos Barbosa, anunciou que está em estudo a confecção de notas de tamanhos diferentes para facilitar seu uso por portadores de deficiência visual.

O vice-presidente do colegiado, senador Flávio Arns (PT-PR), salientou o caráter ecumênico da campanha da CNBB. O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a dom Odilo Scherer que a CNBB se mobilize pela aprovação do Estatuto da Igualdade da Pessoa com Deficiência, projeto de sua autoria.

## Reunião com promotores de Nova York foi produtiva, informa Delcídio

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), informou ontem que o encontro dos parlamentares da comissão em visita aos Estados Unidos com os representantes da Promotoria Distrital de Nova York foi bastante produtivo. Delcídio conversou, por telefone, com os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR), Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Maurício Rands (PT-PE), relator e relatores-adjuntos da CPI.

– Os promotores estão dialogando com membros do Judiciário e garantiram que as informações serão liberadas em poucos

dias – disse o senador.

Delcídio ressaltou que a comitiva ainda não teve acesso aos dados sobre as contas do publicitário Duda Mendonça. Os deputados analisam a possibilidade de entrar na Justiça americana para garantir a quebra do sigilo. Ontem eles estiveram, em Washington, no escritório de advocacia Arnold & Porter e fizeram uma visita ao Financial Crimes Enforcement Network, órgão responsável pela fiscalização das transações financeiras. Hoje, Serraglio, Paes e Rands têm audiência no Departamento de Justiça e retornam ao Brasil no início da noite.



Paim destaca que valor chegaria aos R\$ 750 e valeria também para aposentados

## Paim lembra que JK concedeu o maior salário mínimo da história do país

Ao explicar que um compromisso fora do Senado o impediu de se pronunciar durante a sessão que homenageou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que foi JK quem concedeu o maior salário mínimo da história do país: um valor que hoje corres-

ponderia a R\$ 750.

– Juscelino conseguiu mostrar que o país pode ter um salário mínimo elevado sem que isso traga impactos negativos para a economia. Naquela época eu tinha oito anos de idade. Meu pai ganhava salário mínimo e tinha dez filhos, contando comigo. Mesmo

vivendo com dificuldades, nós tínhamos casa própria. É bom registrar que, quando reajustava o salário mínimo, JK também concedia o mesmo percentual para aposentados e pensionistas – lembrou Paim.

O senador pediu ao atual governo que siga o exemplo de

JK e conceda aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual que reajustará o salário mínimo. Ele convidou os demais senadores a participarem, no próximo dia 13, às 14h, da homenagem que o Senado prestará, na hora do expediente, aos aposentados e pensionistas.

Roosevelt Pinheiro



Tourinho busca entendimento com a Petrobras sobre regras para gás natural

## Tourinho rebate crítica à proposta de regulação do gás

Críticas do diretor da Petrobras Ildo Sauer ao projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece um marco regulatório para o setor de gás natural, chamado de Lei do Gás, foram ontem rebatidas pelo senador. Segundo informou, Sauer teria acusado a proposta, em entrevista à imprensa, de sugerir a expropriação de ativos da Petrobras, levar a empresa a rever investimentos e “conter uma exorcência”.

Após abrir um canal de entendimento com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), Tourinho reuniu-se com o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, e suas visões convergiram em alguns pontos.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral (PT-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacaram a dedicação e a competência de Tourinho.

## Tuma aplaude TCU por fiscalizar tapa-buracos

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu o arquivamento de requerimento de sua autoria solicitando que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizasse a operação tapa-buracos. Tuma se disse satisfeito com a determinação do presidente do TCU, Adylson Motta, de deflagrar a Operação Estradas, com a participação de cem auditores, para acompanhar o andamento das obras.

O senador lembrou que é autor de outro requerimento solicitando a presença do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na Comissão de Assuntos Econômicos para explicar o plano de recuperação das estradas. Romeu Tuma estranhou o fato de o governo ter decidido recuperar as estradas, sem licitação, no último ano de mandato.

Representantes de hospitais, de servidores públicos e da Polícia Rodoviária Federal pressionam o relator-geral da proposta orçamentária por mais recursos

# Comissão de Orçamento vira palco da disputa por verbas

A poucos dias da votação final, aumentam as pressões de grupos para conseguir fatias maiores na distribuição dos recursos do Orçamento da União para este ano. O relator-geral do projeto orçamentário, deputado Carlito Merss (PT-SC), reuniu-se ontem com representantes de hospitais, de servidores públicos e da Polícia Rodoviária Federal e, se atender a esses setores, precisará de no mínimo mais R\$ 5 bilhões para fechar o projeto orçamentário.

– É uma pressão de louco. Todo mundo quer mais dinheiro, mas o cobertor é curto – desabafou Carlito Merss.

Até a próxima semana o relator também terá que encontrar uma solução que agrade os governadores, os quais reivindicam cerca de R\$ 10 bilhões para

continuar isentando de ICMS as exportações (Lei Kandir).

A primeira reunião foi com representantes da Polícia Rodoviária Federal. Eles lembraram que o governo concedeu recentemente reajustes à Polícia Federal, enquanto nada tiveram, e pediram recursos no Orçamento para a implantação de seu plano de cargos e salários.

Merss informou que a idéia inicial do governo é reajustar em 29% os salários de todos os servidores até o final dos quatro anos do governo Lula – quem já teve esse percentual não ganharia mais nada. Já existe uma verba de R\$ 1,5 bilhão para o funcionalismo e os 29% exigiriam outros R\$ 3,6 bilhões.

Já os hospitais privados, conveniados do Sistema Único de Saúde, reivindicaram a desti-

nação de pelo menos mais R\$ 1,4 bilhão para o Ministério da Saúde gastar em procedimentos de alta complexidade e com remédios para tratamentos de alto custo. Os representantes dos hospitais distribuíram jalecos brancos aos deputados e senadores presentes à reunião. Em demonstração de apoio, muitos parlamentares vestiram os jalecos, inclusive o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Carlito Merss prometeu que se manifestará nos próximos dias. Todas as reivindicações, incluindo a dos governadores, somam R\$ 18 bilhões, mas o relator só dispõe de uma verba adicional de R\$ 10 bilhões, obtida em uma primeira reestimativa de arrecadação. Terá de encontrar outros R\$ 8 bilhões.



Gilberto Mestrinho (segundo à direita) preside reunião da comissão mista: Orçamento deve ser votado nos próximos dias

## Aprovados R\$ 219,6 bilhões para Trabalho e Previdência

O texto básico do relatório da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social da proposta orçamentária para 2006 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relatório prevê para este ano despesas totais da ordem de R\$ 219,6 bilhões para a área, o maior orçamento de todo o governo.

Para o Ministério da Previdência, o relatório sanciona a maior parte dos gastos: R\$ 167,96 bilhões. A pasta do Trabalho vai absorver R\$ 32,4 bilhões, enquanto R\$ 19,2 bilhões referem-se aos gastos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para as emendas parlamentares individuais, foram destinados R\$ 167,96 milhões. As propostas das bancadas estaduais e de comissões da Câmara e do Senado foram atendidas com R\$ 51 milhões.

Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa-Família está ganhando R\$ 6,2 bilhões – fora R\$ 2,1 bilhões atrelados a esse programa com recursos do orçamento do Ministério da Saúde.

## Saúde recebe R\$ 43,6 bi, mas há pendência sobre R\$ 1,4 bi

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório setorial da área de Saúde, mas deixou por conta do relator-geral do projeto do Orçamento, deputado Carlito Merss, a solução para uma pendência de R\$ 1,4 bilhão. Também deverão ser examinados os destaques dos parlamentares, que buscam restabelecer mudanças no relatório não aceitas pelo relator setorial, deputado Cláudio Cajado (PFL-BA).

Todos os recursos para a área de Saúde somarão neste ano R\$ 43,6 bilhões, mas senadores e deputados querem transferir para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome R\$ 2,1 bilhões que foram destinados ao Bolsa-Família. Segundo os parlamentares, usar verba da saúde no Bolsa-Família não é apropriado, mesmo que seja com ações de melhoria alimentar das pessoas beneficiadas.

Para substituir o dinheiro, Cláudio Cajado usou R\$ 700 milhões das emendas dos deputados e espera receber nos próximos dias mais R\$ 1,4 bilhão do relator-geral. Ele pretende usar quase todo o dinheiro para que o Ministério da Saúde aumente os valores das cirurgias de alta complexidade feitas por hospitais privados em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS). O relator-geral está discutindo o problema com o governo.

Dos R\$ 43,6 bilhões totais, R\$ 38,4 bilhões (88,1%) destinam-se ao Fundo Nacional de Saúde, que direciona R\$ 17,7 bilhões ao SUS. Os investimentos ficarão em R\$ 1,9 bilhão, enquanto o pagamento de pessoal de saúde chegará a R\$ 7,1 bilhões (16,3%). O Ministério da Saúde fica com uma das maiores fatias do Orçamento da União – exatamente 14,8%.

Roosevelt Pinheiro



Garibaldi Alves lamenta que a taxa de analfabetismo no país chegue a 11%

## Garibaldi: Brasil precisa investir mais na educação

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou preocupação com o “desafio da educação diante da globalização” e pediu que o governo invista mais no setor.

O senador comparou a situação do Brasil com a do Chile, onde a escolaridade média é de nove anos e a taxa de analfabetismo de 3,5%, enquanto no Brasil a média de estudos é de 6,4 anos e a taxa de analfabetismo chega a 11%. Garibaldi acrescentou que a escolaridade média de toda a população chilena “só é inferior à média dos 20% mais ricos” no Brasil.

– O Chile compreendeu a influência do investimento em capital humano nos indicadores socioeconômicos de uma nação.

Outro país que “vem investindo maciçamente em educação”, segundo Garibaldi, é a Índia, que tem 31 milhões de habitantes com doutorado. As escolas superiores indianas formam, por ano, 2,5 milhões de estudantes, informou.

## Virgílio quer esclarecimento sobre condenação

Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu ontem que o jornal *Correio Braziliense* aprofunde a cobertura do chamado caso Encol, de modo a ficar clara a posição do juiz federal substituto Cloves Barbosa de Siqueira, que em dezembro proferiu sentença condenando diretores do Banco do Brasil por “envolvimento em operações ilegais de créditos concedidos à construtora”.

O senador disse que, além de não condenar o dono da Encol, o juiz é ex-funcionário do Banco do Brasil, e foi demitido na gestão da diretoria por ele condenada, “a bem do serviço”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) também criticou a decisão do juiz, argumentando que os diretores tentaram recuperar créditos concedidos em gestões anteriores.

Liminar concedida pelo ministro Nelson Jobim suspendendo a quebra dos sigilos do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, provoca discussão no Plenário

# Renan não vê interferência do Judiciário na ação do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem, em entrevista coletiva, que não há conflito entre os Poderes da República. Ele disse que cada Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – procura exercer e reforçar o seu papel. As declarações do senador foram motivadas pelas críticas que muitos parlamentares têm feito à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de que o Judiciário está prejudicando os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), com as liminares que concede.

Renan lembrou que a CPI dos Bingos está em funcionamento graças a uma decisão do STF



Renan: decisão para funcionamento da CPI foi recebida sem contestações

que não foi contestada nem considerada como sendo intromissão do tribunal nas atividades do Congresso. Na última terça-feira, liminar deferida pelo presidente do STF, Nelson Jobim, impedin-

## Efraim e Garibaldi vão se encontrar terça-feira com o presidente do STF

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator do colegiado, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), serão recebidos em audiência, na próxima terça-feira, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim.

O motivo do encontro são as recentes decisões do STF que impediram a CPI de ter acesso aos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Paulo Okamoto e Roberto Kurzweil.

Em discurso feito ontem, no

Plenário, Efraim antecipou que dirá a Nelson Jobim que os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito ficarão comprometidos se ela não puder utilizar as informações, principalmente no que se refere ao sigilo bancário de Okamoto e Kurzweil.

O senador afirmou que não se sentirá constrangido em coletar, se necessário, assinaturas para propor a prorrogação dos trabalhos da CPI.

– Tenho certeza de que conseguiremos mais que as 27 assinaturas. A mim não interessa eleição

do a quebra de sigilo bancário do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Paulo Okamoto, motivou muitas críticas ao Judiciário e, em especial, ao ministro.

Indagado sobre a possibilidade de o presidente do STF se candidatar à Presidência da República pelo PMDB, Renan afirmou que o partido está disposto a recebê-lo “de braços abertos”, caso Jobim deixe o cargo. O senador elogiou o magistrado, dizendo que ele sempre foi um grande ministro e um grande juiz. Renan observou que é cedo para decidir sobre quem será o candidato do PMDB e reafirmou sua intenção de trabalhar pela unidade do partido.



Segundo Efraim, suspensão da quebra de sigilos pode prejudicar investigações

ou palanque político, mas tenho que honrar a missão que recebi: presidir a CPI. Não vou abrir mão da verdade um milímetro sequer. Estou com muita disposição e coragem, e sinto que os demais integrantes da CPI também estão querendo dar uma satisfação à sociedade brasileira.

## Tião Viana pede cautela em críticas a ministros do STF

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu, ontem, prudência aos parlamentares nas críticas dirigidas ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, por ter concedido liminar que suspende a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário de Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), requerida pela CPI dos Bingos. Viana lembrou que o caso envolve relações institucionais, daí a necessária cautela para evitar a vulgarização da autoridade do Judiciário.



Viana adverte que discussão deve afastar-se do campo maniqueísta

– A crítica é natural, mas começar um processo de corrosão da autoridade é um pouco delicado – observou.

Viana lembrou a história de Jobim e leu seu discurso de posse como ministro do STF, em que expõe conceitos sobre a independência entre os Poderes e a defesa da democracia. O parlamentar destacou frase segundo a qual o Judiciário não é maior ou menor do que os outros Poderes

e que a “decisão judiciária não pode ser produzida fora dos conteúdos da lei”.

O senador recomendou aos colegas que busquem um ponto de equilíbrio nas relações entre o Legislativo e o Judiciário. Esse relacionamento, frisou, não deve se dar no campo maniqueísta, mas no campo do Estado.

Em aparte, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Almeida Lima (PMDB-SE) afirmaram que a decisão de Jobim prejudicou a independência entre os Poderes. Já Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Sibá Machado (PT-AC) e Amir Lando (PMDB-RO) concordaram com Tião Viana sobre a necessidade de haver mais respeito entre os três Poderes.

## Para Arthur Virgílio, Okamoto não pode omitir informações

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, questionou o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter concedido liminar ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, suspendendo a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário de Okamoto, requerida pela CPI dos Bingos.

Para Virgílio, a decisão do STF contrapõe os três Poderes em vez de integrá-los. Por esse motivo, ele apoiou intenção do presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), e do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-



Arthur Virgílio afirma que determinação da Justiça contrapõe os três Poderes

RN), de ir ao Supremo indagar quais as razões formais para a suspensão da quebra do sigilo.

A comissão parlamentar de inquérito pretende saber a origem do dinheiro usado por Okamoto para pagar uma dívida do presidente Lula com o PT, no valor de R\$ 29,4 mil. Virgílio disse que, por exercer cargo público, Okamoto não tem o direito de omitir informações à comissão.

## "Decisão é correta e constitucional", sustenta Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou, da tribuna, seu apoio à decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, que concedeu liminar suspendendo a quebra dos sigilos do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Ao registrar a cerimônia de abertura do ano judiciário, realizada ontem no STF, Ideli exaltou o pronunciamento em que Jobim justificou a sua decisão. A senadora disse estar convicta de que a determinação é “absolutamente correta e constitucional”.

O mesmo dispositivo da Constituição que deu amparo à decisão



Ideli Salvatti manifesta apoio à liminar concedida pelo presidente do Supremo

do STF ordenando a criação da CPI dos Bingos, lembrou a senadora, também ampararia a liminar negando a abertura dos sigilos de Okamoto. Ela elogiou ainda os discursos, na solenidade, do presidente Lula, destacando a aprovação da reforma do Judiciário em seu governo, e do presidente do Senado, Renan Calheiros, criticando a sistemática de edição de medidas provisórias.

## Agripino: objetivo é a origem do dinheiro que pagou dívida

“Não há uma disputa de Poderes”, declarou ontem, em discurso no Plenário, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN). Ele ressaltou que o objetivo da quebra dos sigilos pela CPI dos Bingos era descobrir a origem do dinheiro que teria sido utilizado pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, no pagamento de dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT, no valor de R\$ 29,4 mil.

A abertura dos sigilos de Okamoto foi suspensa pelo presidente do STF, Nelson Jobim, por entender que o requerimento não estava devidamente funda-



José Agripino argumenta que Okamoto deixou de responder a várias perguntas

mentado e se baseava apenas em matérias jornalísticas.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Okamoto já depôs na CPI dos Bingos, e sugeriu que, se ainda houvesse perguntas, estas poderiam ser reunidas e enviadas ao presidente do Sebrae. Agripino respondeu que Okamoto, quando veio ao Senado, deixou de responder a várias questões.

Roosevelt Pinheiro



Magno Malta: para quebra de sigilo, é necessário haver ligação do acusado com o fato apurado

## Malta lembra normas para quebra de sigilo

Magno Malta (PL-ES) disse concordar com a concessão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, suspendendo a quebra de seus sigilos fiscal, telefônico e bancário, requerida pela CPI dos Bingos. A seu ver, quebra de sigilo só se justificaria com provas documentais relacionando o suspeito com o fato determinado que a comissão investiga.

O senador afirmou que formou esta opinião quando participou da CPI do Narcotráfico, que presidiu durante seu mandato como deputado federal na legislatura passada. À época, lembrou, pedidos de quebra de sigilos de investigados foram negados por não haver provas documentais com relação ao fato determinado da CPI, embora existissem provas que os envolvessem em outros tipos de crimes. Nesses casos, frisou, a investigação não cabe mais à CPI, e sim ao Ministério Público.

– Não tenho nenhuma relação com Okamoto, nem sei quem ele é; mas, para que a CPI possa quebrar seus sigilos, é necessário que existam documentos ligando-o ao fato para o qual a CPI foi criada. Senão, é ilação – disse.

Para José Jorge (PFL-PE), o depoimento de Okamoto gerou dúvidas que motivaram o pedido da quebra de sigilo.

Malta sugeriu que o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), visitem o presidente do STF para buscar um acordo sobre a concessão de liminares.

Em discurso na abertura dos trabalhos do Judiciário, o presidente do STF lembra que são frequentes as críticas daqueles que não têm suas demandas atendidas pela corte

# Jobim: "Supremo nunca se curvou e nunca irá se curvar a patrulhamentos"

O impacto das decisões do Supremo na economia e na opinião pública brasileira e o papel da corte na defesa das liberdades individuais foram tema do discurso proferido pelo presidente do STF, ministro Nelson Jobim, na abertura do ano judiciário. A cerimônia foi realizada na manhã de ontem, no Plenário do Supremo, e contou com a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, entre outras autoridades.

Jobim lembrou que o Supremo é, freqüentemente, alvo de críticas daqueles que não têm suas demandas atendidas. “A experiência indica, muitas vezes, que atender às pretensões dos postulantes é o caminho fácil para o aplauso e o reconhecimento. Noutros casos, decidir contra a su-



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre Renan e Jobim, participa da abertura do ano judiciário

posta vontade da maioria, da ‘opinião pública’, significa a exposição à ira de alguns poderosos e a toda sorte de ilações conspiratórias”, afirmou.

“Esquecem que o Supremo nunca se curvou e nunca irá se curvar a patrulhamentos de nenhum tipo, públicos ou privados”, concluiu.

## Brasil demonstra maturidade democrática, reafirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou em discurso na abertura do ano judiciário que, apesar da necessidade de aperfeiçoamento das instituições, o Brasil já chegou a um grau de maturidade democrática capaz de resistir a qualquer crise política. Ele lembrou ainda que o espírito de cooperação levou o ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Carlos Velloso a encaminhar ao Senado quatro anteprojetos que visam aprimorar as regras da fiscalização da prestação de contas dos candidatos em campanhas, definindo crimes específicos como o de corrupção eleitoral.

Renan também destacou outra sugestão do Poder Judiciário que será encaminhada em breve ao Legislativo, pelo ministro Nelson Jobim, para alterar as normas que regulamentam o pagamento dos precatórios. Ele anunciou que dará prioridade à matéria, no Senado, tão logo seja apresentada à Casa.

Já sobre a edição e tramitação de medidas provisórias, o presidente do Senado criticou o modelo atual, que, segundo observou, tira a eficácia do Congresso e precisa ser modificado. Ao lado de dois ex-presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), este último autor da PEC que altera o rito das MPs, Renan também comentou a aprovação do fim da verticalização.

– A verticalização, como princípio, é boa, mas inadequada ao momento político nacional – explicou.

## Suspensa transferência de sigilos de Roberto Carlos Kurzweil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, concedeu liminar que suspende a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de empresário Roberto Carlos Kurzweil, que seria ouvido ontem pela CPI dos Bingos. A transferência dos sigilos do empresário havia sido aprovada pelo colegiado,

por meio de requerimentos de Alvaro Dias (PSDB-PR).

O presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), disse respeitar o teor da liminar concedida por Jobim, que alega que a comissão não apresentou as informações solicitadas pelo tribunal para análise dos requerimentos. As informações não foram enviadas ao

tribunal devido a uma falha da assessoria da CPI, explicou Efraim.

– Eu só tomei conhecimento dessa solicitação após a concessão da liminar. Vou solicitar uma audiência ao ministro Nelson Jobim para levar as informações e explicar que precisamos dos dados para a conclusão do relatório da comissão – afirmou.

Roosevelt Pinheiro



População tem o direito de conhecer os beneficiários do esquema, afirma Heloisa Helena

## Heloisa: CPI dos Correios deve apurar mensalão

Heloisa Helena (PSOL-AL) sugeriu ontem, em Plenário, que a CPI dos Correios investigue também quais seriam os beneficiários do mensalão.

Da tribuna, a senadora justificou seu apelo afirmando que as investigações da CPI do Mensalão (também conhecida como CPI da Compra de Votos) foram “aniquiladas e soterradas”, pois a prorrogação dos trabalhos do colegiado foi impedida “pela promiscuidade entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional”.

A senadora defendeu a quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário dos supostos beneficiários do mensalão, “sejam senadores ou deputados”. Para Heloisa, a população tem o direito de conhecer os beneficiados pelo esquema.

## Renan contesta notícia sobre Mercadante

O presidente do Senado, Renan Calheiros, contestou notícia publicada pela imprensa segundo a qual o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), teria solicitado que não encaminhasse informações sobre quebra de sigilo de pessoas envolvidas com o mensalão ao Conselho de Ética da Câmara. Renan contestou as notícias a pedido de Mercadante, que apontou matéria de *O Globo* desmentindo as denúncias.

– Vossa Excelência não precisa ter com relação a isso nenhuma preocupação, pois já demonstrei sobejamente a esta Casa e ao Brasil a minha isenção – disse Renan.

Roosevelt Pinheiro



Relação entre Legislativo e Judiciário tem sido de respeito e convivência harmônica, diz Sarney

entre o Legislativo e o Judiciário, “o que prova o respeito mútuo e a convivência harmônica que caracterizaram as relações entre ambos os Poderes”.

Sarney lembrou que, no Brasil, o Legislativo (Senado) é quem julga os juizes e o STF é quem julga os parlamentares, o que “pressupõe a inexistência de conflitos por competências”.

O parlamentar requereu a transcrição nos Anais do Senado do discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, proferido ontem na abertura dos trabalhos do Judiciário. No discurso, embora sem citar as CPIs, Jobim repele a forma como são feitas as investigações e sustenta que os direitos dos cidadãos devem ser preservados.

## Voto de pesar por Hosken de Novaes

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Londrina (PR) José Hosken de Novaes, que morreu na terça-feira, aos 89 anos, no Hospital Mater Dei de Londrina, onde estava internado desde setembro. Osmar Dias (PDT-PR) associou-se à homenagem.

Alvaro lembrou a história do político, como jurista, professor da Universidade Estadual de Londrina e vice-governador do estado. Novaes chegou a ocupar o cargo de governador em substituição a Ney Braga, quando este se candidatou ao Senado.

– Novaes foi uma das figuras mais dignas da atividade política, sobretudo pela postura ética de impedir a utilização da máquina pública. Se os políticos fossem como ele, não necessitaríamos da Lei de Responsabilidade Fiscal – disse o senador.

## Heráclito ressalta 55 anos de *O Dia*

Atendendo a requerimento apresentado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o Senado Federal encaminhará voto de aplauso ao jornal piauiense *O Dia*, pelo seu 55º aniversário, comemorado ontem.

De acordo com o parlamentar que propôs a homenagem, o jornal *O Dia*, o mais antigo do estado, tem atuação destacada na divulgação de informações políticas, econômicas e culturais do Piauí.

## Patrícia elogia jornalista cearense

A senadora Patrícia Saway Gomes (PSB-CE) homenageou ontem, em Plenário, o jornalista Edimar Norões, colunista do jornal *Diário do Nordeste*. Ele comemorou na terça-feira seus 50 anos de carreira.

– Edimar, que também é diretor da TV Verdes Mares, é um dos jornalistas mais importantes do meu estado, o Ceará – declarou a senadora.

Durante audiência pública na Comissão de Educação, ministro das Comunicações informa que televisores e aparelhos celulares do país deverão ter livre acesso às imagens da TV digital

# TV digital deverá ser aberta a todos os brasileiros, afirma Hélio Costa

Os 60 milhões de televisores e os 85 milhões de aparelhos celulares do país deverão ter livre acesso às imagens da TV digital, segundo informou ontem, à Comissão de Educação (CE), o ministro das Comunicações, Hélio Costa. Ele definiu como essenciais ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTD) a interatividade, a mobilidade e a portabilidade.

Durante audiência pública sobre o tema promovida pela comissão, o ministro demonstrou simpatia pelo padrão japonês, como base para o futuro SBTD. Informou, no entanto, que submeterá ao presidente Lula as contrapartidas oferecidas tanto pelos japoneses como pelos detentores das duas outras tecnologias concorrentes: os europeus e os norte-americanos.

– Vou colocar a bola a dois metros da linha do gol para o presidente chutar. E aposto que ele fará um gol de placa no que se refere à TV digital – disse Hélio Costa.

O ministro já recebeu, na última semana, representantes do padrão japonês. Nesta semana está mantendo conversações com europeus e norte-americanos. Os representantes dos Estados Unidos, informou, ofereceram financiamento de US\$ 300 milhões e a possibilidade de abatimento de 50%

## Ministro prevê redução de preço para novos aparelhos

Os futuros aparelhos receptores de TV digital poderão tornar-se até 30% mais baratos do que se prevê hoje, caso as indústrias possam abrir para o consumidor a opção de contar com um aparelho capaz de receber apenas sinais digitais – e não digitais e analógicos, como os transmitidos atualmente pelas redes de televisão.

A possibilidade foi admitida pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao ser questionado por José Jorge (PFL-PE) durante audiência pública promovida sobre o tema ontem pela Comissão de Educação (CE). A obrigatoriedade de se instalar mesmo nas novas televisões um receptor analógico encareceria os aparelhos em cerca de 30%, segundo o ministro.

Flávio Arns (PT-PR) elogiou o envolvimento de universidades e instituições de pesquisa de todo o Brasil no processo de definição do futuro Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse concordar com a imediata implantação da TV digital, além de ter considerado “essencial” a exigência de mobilidade, para que os telespectadores possam



Ao lado de Camata e Arns, Hélio Costa (E) demonstra simpatia pelo padrão japonês de tecnologia

ter acesso às imagens até mesmo em ônibus, trens e automóveis. Os europeus propuseram 300 milhões de euros em financiamentos e maior acesso de outros produtos brasileiros ao mercado europeu.

Já os japoneses, relatou Hélio Costa, estariam dispostos a abrir mão de *royalties* e a incluir em seu padrão o sistema de compressão de vídeo desenvolvido no Brasil por universidades do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Além disso, observou, o padrão japonês permite que as transmissões possam ser captadas

de forma livre pelos aparelhos celulares atuais, acrescidos de um *chip* especial, ou pelos futuros aparelhos de terceira geração.

Os estudos técnicos a respeito dos três padrões, elaborados pela Fundação CPqD, ligada ao ministério, serão entregues em 10 de fevereiro ao presidente Lula. O ministro lembrou que os Estados Unidos, a Europa e o Japão já marcaram data para desligar seus sistemas analógicos de televisão. A seu ver, o Brasil poderá ser o “carro-chefe” dessa inovação tecnológica na América do Sul.



Senadores presentes na Comissão de Educação analisam perspectivas da nova tecnologia

ter acesso às imagens até mesmo em ônibus, trens e automóveis.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou a gratuidade dos sinais da televisão digital para todos os brasileiros e recomendou a busca de negociações com outros países da América do Sul para a definição do sistema a ser adotado. Augusto Botelho (PDT-RR) observou que o estado de Roraima será muito beneficiado pela TV digital, uma vez que atualmente quem mora em localidades mais afastadas só pode assistir à televisão por meio de antenas parabólicas. De acordo com Hélio Costa, os novos transmissores pode-

ter acesso às imagens até o raio de 80 quilômetros, contra os 10 quilômetros dos transmissores analógicos.

Já o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a participação da indústria nacional no novo sistema. O ministro informou que os receptores fabricados no Brasil poderão ser exportados para qualquer outro país, com a inserção de um *chip* de US\$ 8, que “entenderia” os diversos padrões de TV digital.

Ainda segundo Hélio Costa, a multiplicação dos canais disponíveis permitirá grande ampliação do mercado de trabalho no setor.

## Edison Lobão apóia projeto de anistia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) recebeu em seu gabinete, ontem, integrantes da Comissão Nacional de Anistia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), que pediram o seu apoio à aprovação do projeto de lei que concede anistia a mais de mil funcionários demitidos na greve dos Correios de 1997.

Lobão manifestou apoio aos trabalhadores, dizendo que a reivindicação é justa. O projeto deve ser votado ainda durante a convocação extraordinária.

## Maguito quer rodovia duplicada

Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu a duplicação da rodovia BR-060 no trecho de Goiânia a Santa Rita do Araguaia (GO), localizada no sudoeste do estado, fronteira com Mato Grosso. Segundo o senador, essa melhoria na rodovia, que também passa em Jataí, sua cidade, permitirá melhor escoamento da produção de suínos e frangos destinados à exportação.

O parlamentar anunciou para daqui a dois meses a conclusão das obras de duplicação do trecho Brasília-Goiânia da BR-060 e alertou para a necessidade de novos investimentos nas rodovias brasileiras.

## Maciel lembra Nivaldo Machado

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira voto de pesar pela morte do ex-senador Nivaldo Machado (PFL-PE), que exerceu seu mandato entre 1983 e 1987. Machado morreu na última sexta-feira.

Advogado e professor, Nivaldo Machado foi descrito pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) como um bravo defensor de idéias, mas um homem cordial.

Além de Maciel, autor do requerimento do voto de pesar, discursou em homenagem a Nivaldo Machado o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).